

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O POLITICAMENTE CORRETO: O CASO DAS CAÇADAS DE PEDRINHO

João Feres Júnior<sup>1</sup>  
(IESP-UERJ)

Leonardo Fernandes Nascimento<sup>2</sup>  
(Programa de Pós-graduação em Sociologia - IESP-UERJ)

Zena Winona Eisenberg<sup>3</sup>  
(Puc/ Rio)

## Introdução <sup>4</sup>

É da natureza do debate público que ele seja centrado em questões e controvérsias. Para compreendermos o processo de formação das opiniões e, especialmente, das justificativas que sustentam as políticas públicas, é necessário irmos além dos vieses do debate midiático e estudarmos os discursos produzidos pelo Estado e por especialistas dotados de saberes socialmente reconhecidos.

No texto que segue, apresentamos um relato dos fatos que constituíram o “caso Lobato” e identificamos os argumentos de justificação das posições assumidas por diferentes agentes (ou atores), dando particular atenção à posição do Estado, representado pelo Ministério da Educação, e à da grande mídia. O objetivo é de mostrar que, apesar de fazer uso, aqui e ali, da opinião de especialistas, a mídia enquadrou o caso Lobato em termos de uma noção de politicamente correto na sociedade contemporânea e assumiu uma posição normativa e militante. Tal posicionamento contribuiu para se compreender mal a questão do racismo na obra de Lobato. A posição do Estado será explicitada nos dois pareceres produzidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CEB/CNE - e homologados pelo Ministro da Educação. Já no caso da mídia, nossa análise baseia-se na leitura e na codificação de todos os textos sobre o assunto publicados pelos jornais e pelas revistas de maior

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política do IESP-UERJ, editor assistente da Revista *Contributions to the History of Concepts*, coordenador, no Brasil, do Projeto de História Conceitual do Mundo Atlântico (Iberconceitos) e coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA).

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Atualmente desenvolve pesquisas sobre sociologia dos diagnósticos e sociologia computacional. Sua tese de Doutorado tem como tema a construção do transtorno de estresse pós-traumático no Brasil.

<sup>3</sup> , Professora Assistente no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atua principalmente nas áreas de aquisição de noções temporais, de conceitos, desenvolvimento da linguagem e do pensamento.

<sup>4</sup> Uma versão mais extensa deste texto foi publicada com o título “Monteiro Lobato e o Politicamente Correto.” *Dados* 56 (2013): 69-108.

circulação do país: *Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo, Estado de Minas, Correio Braziliense, Jornal do Brasil, Jornal do Comércio, Zero Hora, Brasil Econômico, Veja, Isto É e Época*.<sup>5</sup>

Em seguida, argumentamos que a posição tomada pela mídia no caso Lobato foi equivocada e reacionária, no que diz respeito à dinâmica moral da sociedade contemporânea. Por outro lado, a posição do governo foi mais sensível, embora ele não tenha levado em consideração os argumentos críticos recomendados pelos pareceres do MEC sobre o caso. Na conclusão, resgatamos a reflexão acerca do papel do intelectual crítico em compreender a relação da mídia com as políticas públicas em geral.

### **O histórico do caso**

Em 30 de junho de 2010, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) acatou solicitação encaminhada pela Ouvidoria da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que dizia respeito a uma denúncia feita à Ouvidoria da SEPPIR por Antônio Gomes da Costa Neto, questionando sobre o fato de a Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal utilizar um livro que veicularia “preconceitos e estereótipos contra grupos étnico-raciais”. A denúncia logo ganhou visibilidade, pois o mesmo livro, da Editora Globo, é distribuído pelo Programa Nacional de Biblioteca na Escola (PNBE) e considerado, há muitas décadas, como obra de referência em escolas públicas e particulares de todo o Brasil. Por causa disso, a CEB/CNE produziu dois pareceres<sup>6</sup> que foram objeto de grande controvérsia midiática. A denúncia que chegou à SEPPIR tinha como objeto o clássico infantil *Caçadas de Pedrinho*, do escritor paulista Monteiro Lobato (2008), e identificava, com exemplos textuais, a presença de expressões de racismo e estereótipos no livro em relação aos negros, sobretudo nas referências à personagem Tia Anastácia. Entre as passagens do livro citadas no texto da denúncia, estão:

Pedrinho pediu à boneca que repetisse a sua conversa com os besouros espíões. Emília repetiu-a, terminando assim:

— É guerra e das boas. Não vai escapar ninguém — nem Tia Anastácia, que tem carne preta. As onças estão preparando as goelas para devorar todos os bípedes do sítio, exceto os de pena (LOBATO 2008).

“Sim, era o único jeito — e Tia Anastácia, esquecida dos seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros” (LOBATO 2008).

Devido à denúncia, a CEB/CNE produziu, em 1º de setembro de 2010, um primeiro parecer. Baseado em fontes como uma nota técnica produzida no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), da

---

<sup>5</sup> Além deste material amplo – a maioria dos trabalhos dessa natureza se restringe a dois ou três jornais -- fizemos um levantamento de reportagens de TV, mas com caráter mais incompleto, pois contém matérias veiculadas somente pela Rede Globo e pelo SBT. Assim, deixaremos a análise desse material para uma futura oportunidade.

<sup>6</sup> Parecer CNE/CEB Nº 15/2010 e Nº 06/2011.

Coordenação Geral de Material Didático do MEC, legislação federal que regula tanto as práticas de racismo quanto a educação, diretrizes internas do MEC, que estabelecem diretrizes curriculares em âmbito nacional e critérios para a educação das relações étnico-raciais, e opinião de especialistas, o parecer recomenda algumas medidas. Primeiramente, (a) o desenvolvimento de um programa de capacitação de professores para “lidar pedagogicamente e criticamente com o tipo de situação narrada, a saber, obras consideradas clássicas presentes na biblioteca das escolas que contêm estereótipos raciais”; (b) o cumprimento, por parte da Coordenação-geral de Material Didático do MEC, dos critérios que ela mesma estabeleceu para avaliar os livros indicados para o PNBE, ou seja, que neles haja “ausência de preconceitos, estereótipos, não selecionando obras clássicas ou contemporâneas com tal teor crítico com a questão do racismo dentro das salas de aula”. Logo em seguida, como ressalva à recomendação anterior, (c) que, “caso algumas das obras selecionadas pelos especialistas e que componham o acervo do PNBE ainda apresentem preconceitos e estereótipos”, a editora responsável pela publicação deve ser instada pela Coordenação-geral de Material Didático e a Secretaria de Educação Básica do MEC a adicionar uma “nota explicativa e de esclarecimentos ao leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutam a presença de estereótipos raciais na literatura”. Esta última recomendação ainda explicita que a medida deve ser tomada “em relação ao livro *Caçadas de Pedrinho*” e estendida “a todas as obras literárias que se encontrem em situação semelhante” (GOMES 2010, 5-6).

No primeiro parecer, a maioria dos especialistas pertence à área dos estudos literários. Ademais, a maneira como a segunda e a terceira recomendações são apresentadas dão a entender que, a despeito de pedir que a Coordenação-geral de Material Didático do MEC respeite os critérios, o parecer concede que algumas obras com preconceitos e estereótipos sejam selecionadas para o PNBE, desde que contenham nota explicativa discutindo o estado da arte da crítica acerca da presença de estereótipos raciais na literatura.

No decorrer da segunda quinzena do mês de outubro de 2010, o primeiro parecer foi assunto de várias matérias jornalísticas, que se referiam às duas pessoas diretamente envolvidas no caso: o autor da denúncia à SEPPIR, Antônio Gomes da Costa Neto, e a relatora da CEB/CNE, a Professora Nilma Lino Gomes, expondo, inclusive, seus currículos e filiações político-partidárias. Tais matérias eram francamente contrárias ao parecer e o acusavam de censurar ou vetar a literatura e o próprio escritor Monteiro Lobato. Ainda precisando de sanção por parte do Ministro da Educação, o primeiro parecer foi, por conta do forte clamor na mídia, devolvido para o CEB/CNE para uma nova avaliação. Dez meses depois, um segundo parecer, mais detalhado, foi produzido. Antes que o MEC recuasse de sua posição primeira, tal documento parece ter sido uma tentativa de esclarecer ao público o conteúdo do parecer anterior.

O segundo parecer, de junho de 2011, é muito similar ao primeiro. O número de especialistas citados aumentou, agora incorporando dois livros de Pedagogia (CAVALLEIRO 2001, ROSEMBERG 1985). Mas as recomendações continuaram praticamente as mesmas: (a) treinamento de professores para lidar com o assunto; (b) reiteração dos critérios para seleção de livros do PNBE; e (c) “inserção, no texto de apresentação das novas edições, de contextualização crítica do autor e da obra, a fim de

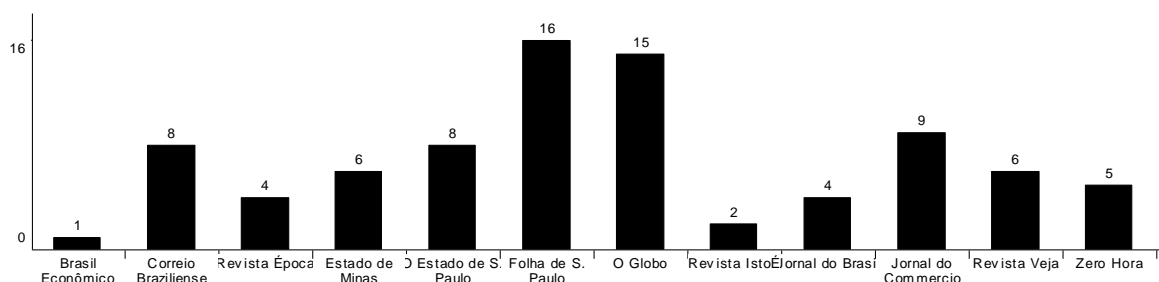
informar o leitor sobre os estudos atuais e críticos que discutem a presença de estereótipos na literatura, entre eles, os raciais” (Gomes 2011, 6-7). Além do desaparecimento da expressão “nota explicativa”, nota-se no texto um esforço reiterado de esclarecer que não se tratava de “veto” à obra de Monteiro Lobato. Diante desse novo documento, os jornais retornaram ao assunto repetindo as acusações de censura em relação ao livro de Monteiro Lobato. Além disso, em colunas e editoriais, jornalistas e colaboradores passaram a desqualificar reiteradamente argumentos subjacentes ao debate tachando-os pejorativamente de “politicamente corretos”.

Por fim, em 26 de agosto de 2011, o então Ministro da Educação, Fernando Haddad, homologou o segundo parecer, reiterando o argumento contido na denúncia à SEPPIR, “com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista”. Desde então, as matérias sobre o assunto se tornaram rarefeitas e só persistiram algumas alusões ao caso de notícias que tratam de questões semelhantes. Passemos agora à análise mais detalhada da cobertura da mídia sobre o assunto.

### A mídia impressa e o caso Lobato

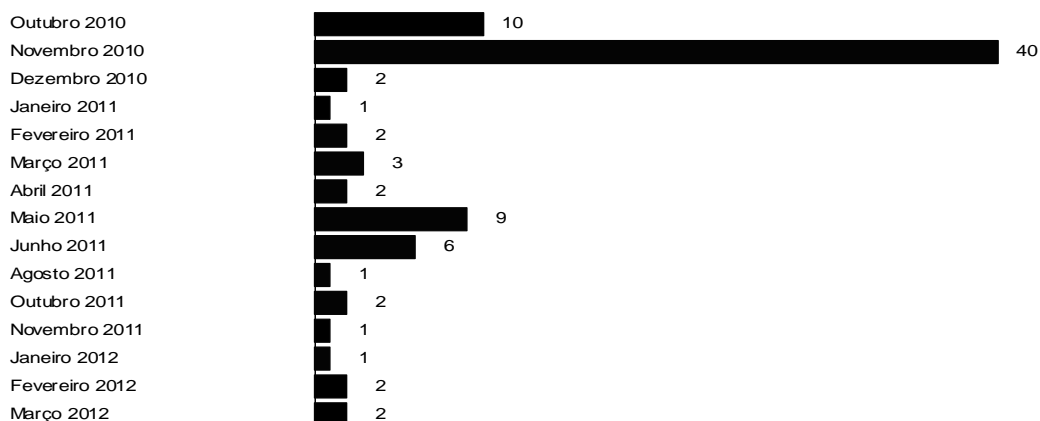
Nossa base de dados é composta de todas as matérias publicadas nos principais jornais e revistas do país que trataram dos pareceres da CEB/CNE sobre Monteiro Lobato ou fizeram referência a eles ou que continham alguma referência ao *affair Caçadas de Pedrinho*. Em seguida, fizemos uma análise do conteúdo das matérias identificando os argumentos e algumas estratégias retóricas nelas utilizados. Por fim, estabelecemos a valência (positiva, negativa ou informativa/neutra) de cada matéria. O período pesquisado foi de 1º de setembro de 2010 – mês em que foi produzido o primeiro parecer – até 30 de março de 2012 – quando finalizamos o artigo. Obtivemos um total de 84 matérias, distribuídas percentualmente segundo o gráfico 1 abaixo.

**Gráfico 1** – Quantidade de matérias no período por jornal/revista



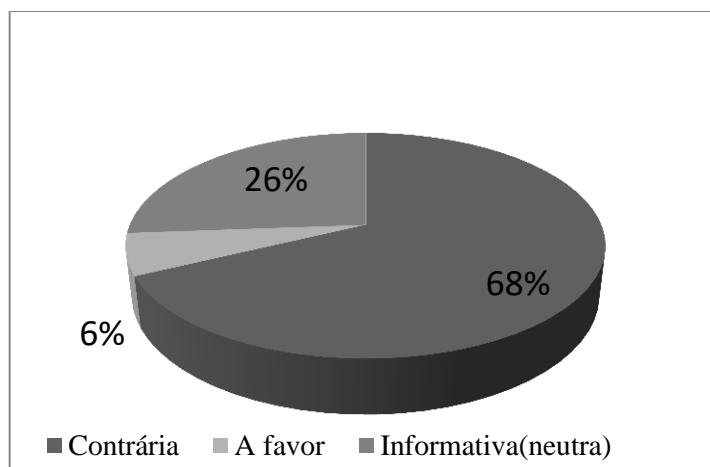
No gráfico 2, abaixo, podemos ver a frequência mensal das matérias publicadas sobre os pareceres da CEB/CNE:

**Gráfico 2** – Frequência mensal de matérias sobre os pareceres CEB/CNE



Embora o formato de uma matéria de jornal (editoriais, entrevistas, colunas, cartas de leitores etc.) seja relacionado ao seu conteúdo, à estrutura retórica (por exemplo, editoriais e cartas de leitores são abertamente opinativos, enquanto reportagens tendem a ter um tom mais descritivo e “neutro”) e à sua potencial recepção por parte dos leitores (cartas de leitores são menos lidas do que matérias principais), não fizemos distinção entre formatos, pois nosso objetivo aqui é apenas de apresentar uma descrição geral dos principais argumentos e enquadramentos, e não, uma análise a fundo do tratamento que a mídia dispensou ao caso.

**Gráfico 3** - Proporção de valências acerca dos pareceres



Como mostra o Gráfico 3, 68% das matérias pesquisadas sobre o assunto apresentam posições contrárias aos pareceres. Se descontarmos as matérias meramente informativas (26%) e tomarmos somente as opinativas, vemos essa proporção aumentar para 92%, enquanto meros 6% expressam opinião favorável. Importante também notar que quase metade das matérias opinativas (42%) aborda a questão do politicamente correto para comentar o caso. Dessas, todas, menos uma, são críticas ao que identificam como politicamente correto, e essa única matéria é neutra.

Mas o que seria o politicamente correto, segundo esse conjunto de matérias? Quem seriam seus agentes? Começamos pela segunda questão. Os agentes do politicamente correto variam de texto para texto. Obviamente, o CEB/CNE, o CNE e o MEC são identificados mais frequentemente por razões óbvias. Há também, ainda que mais raras, atribuições do politicamente correto a um *Zeitgeist*, o que dilui na prática a ideia de que há um agente dotado de propósito e intenções por trás dele (MARTINS 29 OUT. 2010). Por outro lado, há uma forte tendência nas matérias a atribuir a responsabilidade do politicamente correto diretamente à “linha ideológica do PT” (EDITORIAL 05 abr. 2011) e ao “governo Lula” (FIUZA 19 MAR. 2011) ou ao “Lulaworld” (“De olhos bem fechados” 11 nov. 2010), como quer um articulista. Essa tendência se identifica de maneira mais ou menos implícita também nas referências profundas à “ideologia” que pautou os pareceres do CEB/CNE – 10 matérias fazem explicitamente essa associação. É digno de nota nas passagens abaixo que portam a acusação de ideologização o emprego de linguagem forte que beira o insulto (grifos nossos):

O parecer que indica o perigo de incentivar preconceito e pede a retirada do livro das escolas é um exemplo de **leitura viciada pela ideologia**, que perde em dimensão estética e humana para bater continência ao politicamente correto.

Para a Abrale, o avaliador extrapolou seu papel, caracterizando um “policimento pedagógico e ideológico” (WERNECK, et al. 30 out. 2010).

Depois que Dilma Rousseff virou símbolo meteórico de afirmação feminina, ninguém mais segura os **gigolôs da ideologia** (FIUZA, 14 mai. 2011).

Reduzir um clássico da literatura a uma **pinimba ideológica** não é crime. Segundo os valores do Brasil de hoje, o que cada um faz ou pensa pode não ser tão importante quanto a cor da sua pele (FIUZA 19 mar. 2011).

Isso é **patrulha** ideológica (MOREIRA, 28 fev. 2011).

Tal conexão do agente PT- Governo Lula com a ideologização já é parte da resposta à primeira questão sobre a natureza do politicamente correto. Pelo menos do ponto de vista mais externo, ele corresponderia à imposição da ideologia de um grupo de militantes de esquerda “autoritária” sobre toda a sociedade. No caso em pauta, essa imposição se faria por meio de instituições públicas de governo. O uso de palavras fortes como “patrulha” e “policimento”, nas citações acima, indica a associação do politicamente correto a métodos repressivos de cerceamento da liberdade. Reforçando a estratégia retórica de desacreditar o outro lado, o do governo, as passagens carregam no uso de expressões insultantes como “gigolôs da ideologia”, “leitura viciada” e “pinimba

ideológica”. Mas, para compreendermos bem mais o significado atribuído ao politicamente correto, é necessário examinar seu emprego farto no material pesquisado (grifos nossos):

Na Constituição dos politicamente corretos - assim como nas **militares** -, liberdade de expressão tem limite (FIUZA, 02 abr. 2011).

O **vírus da intolerância** teve também seu lado risível no carnaval desse ano no Rio, com militantes defendendo a censura a um bloco que ousara citar em seu enredo **Monteiro Lobato**, por sinal outra vítima da **sanha persecutória das baterias politicamente corretas** (EDITORIAL 05 abr. 2011).

E aí chegamos a uma questão que me parece muito representativa dos equívocos do debate ao redor da "questão gay" (um belo exemplo do **fascismo** do politicamente correto) (Pondé, 30 mai 2011).

O politicamente correto pode ser **perigoso e hipócrita** (LUFT, 06 nov. 2010).

Ao lado do avanço nos direitos dos gays, legítimo e importante, a **indústria do politicamente correto** vai **criando um monstro** (FIUZA, 14 mai. 2011).

Quem pede a suspensão de uma obra por ela conter um termo considerado discriminatório está **assassinando a cultura brasileira** que, a cada dia, é **torpedeada por novas empreitadas** da patrulha do politicamente correto", diz o imortal Evanildo Bechara, membro da comissão de lexicógrafos - como são chamados os fazedores de dicionários - da Academia Brasileira de Letras (BARRUCHO, 03 mar. 2012).

Essa é mais uma amostra das "**panes mentais**" que a obsessão com ações politicamente corretas costuma produzir (EDITORIAL, 05 NOV. 2010).

Se a escola fundamental fracassa em suas tarefas elementares, como poderá incluir no currículo as disciplinas inventadas pelos **luminares** politicamente corretos? (KUNTZ, 15 jun. 2011).

Trata-se de uma atitude "**politicamente correta de galinheiro**", como diria Nelson Rodrigues (MOREIRA, 28 fev. 2011).

O uso de linguagem pejorativa é ainda mais abundante quando as referências têm o politicamente correto como objeto explícito. Novamente associações à repressão militar e ao policiamento aparecem, mas a riqueza de termos é amplificada. O politicamente correto é ligado a um “vírus da intolerância”, e suas baterias – mais uma metáfora militar - dotadas de “sanha persecutória”. Ele é igualado ao fascismo, chamado de perigoso e hipócrita, dito progenitor de um monstro e assassino da cultura brasileira. Associações da atitude politicamente correta com o autoritarismo e, até, o totalitarismo são feitas explicitamente em sete matérias.

Se fôssemos arriscar um argumento geral, ele teria a seguinte forma: a censura a Monteiro Lobato, produto de ações do governo capitaneado por radicais de esquerda avessos à liberdade, é feita em nome do politicamente correto. Outras imprecisões preferem, ao invés do catastrofismo da retórica da ameaça (HIRSCHMAN 1991), a desclassificação do politicamente correto e de seus agentes, acusando-o de produzir panes mentais, de ser operado por “luminares” – referência obviamente irônica – e de ser uma atitude de “galinheiro”. Mas o sentido geral é o mesmo, como expresso nas seguintes citações lapidares (grifos nossos):

O Estado politicamente correto sabe o que é bom para você. Em nome da modernização dos costumes, assiste-se a uma escalada **medieval** de proibição da propaganda de produtos que fazem mal, e de obrigatoriedade de mensagens que fazem bem (FIUZA 14 MAI. 2011).

Mas o extenso histórico de medidas com o viés do politicamente correto, em obediência à linha ideológica de áreas do PT e adotadas desde o primeiro governo Lula, recomenda prudência e boa dose de ceticismo em relação ao desmentido. Afinal, não é a primeira vez que o governo federal **tenta empurrar goela abaixo** da sociedade uma pílula supostamente progressista, que, na realidade, é um composto no qual mal se disfarça o **DNA do autoritarismo** e da **intolerância** (EDITORIAL, 05 abr. 2011).

Outra característica da representação do politicamente correto nas páginas da grande mídia é sua associação aos Estados Unidos. Pelo menos cinco matérias opinativas acusam o politicamente correto de ser uma imitação desse país. Uma delas propugna que o CNE impõe à realidade brasileira a “visão tosca e simplista dos defensores do politicamente correto nos Estados Unidos” (GUROVITZ 06 nov. 2010). Um texto de autoria do deputado Aldo Rebelo – único político representado em nosso corpus - diz que o caso reproduz uma “imitação servil dos Estados Unidos, um país quem durante séculos, foi institucionalmente racista, hoje procura maquiagem sua bipolaridade étnica com ações ditas afirmativas”. Segundo o autor parlamentar, trata-se de “patacoada” retórica que não serve ao Brasil, “país mestiço por excelência” (REBELO 07 nov. 2010). Tanto uma como outra matéria empregam linguagem pejorativa, cabe notar.

A mesma expressão “país mestiço” e o mesmo argumento são repetidos por Anna Ramalho nas páginas eletrônicas do *Jornal do Brasil* (RAMALHO 10 nov. 2010). Já Ruy Castro diz, no tocante ao caso Lobato, que “macaqueamos” aquilo que os norte-americanos têm de pior (CASTRO 08 jan. 2011). Para completar, um editorial de *O Globo* postula que a lógica do politicamente correto é a mesma daquela por trás das cotas raciais, as políticas de ação afirmativa: tanto o politicamente correto quanto as cotas raciais são importações dos EUA que não se adéquam à realidade brasileira. Tal argumento acerca da ação afirmativa frequenta as matérias sobre o tema publicadas pelo jornal, que, no agregado, tem viés claramente contrário (FERES JÚNIOR, 2009).



### **Lobato racista?**

A cobertura jornalística do *affair* Caçadas de Pedrinho também é caracterizada por uma relativa abundância de textos, 21 no total, que contêm alguma passagem em que o caráter racista da obra e da figura de Lobato é descontado, relativizado, quando não inteiramente descartado. Um desses textos cita o “hipotético ‘racismo’ de Monteiro Lobato” (Niskier 11 fev. 2012). Matéria do *Estado de Minas* diz que aquilo que está em seu livro “não significa racismo e preconceito” (Paulo 30 out. 2010). Uma reportagem da *Revista Época* declara que, “ao contrário do preconceito flagrante em Céline ou Pound, o racismo de Lobato é bastante discutível” (Masson, et al. 06 nov. 2010). Texto assinado por Rolf Kuntz diz que o racismo é “uma estranhíssima acusação a Monteiro Lobato” (Kuntz, 15 jun. 2011). Em artigo para o Globo, Martha Neiva Moreira cita o “especialista” Ricardo Cravo Albin dizendo: “- Isso é patrulha ideológica. Cresci lendo Lobato e acho injusto dizer que ele era racista” (Moreira 28 fev. 2011). Mas a afirmação mais peremptória vem de um comentário do escritor Ruy Castro, reproduzido por Martha Neiva Moreira na mesma matéria: “As pessoas que acusam Monteiro Lobato de racismo e de querer ‘extinguir a raça negra’ certamente nunca leram uma linha do que ele escreveu” (BARRUCHO, 03 mar. 2012).

Muitas vezes, a relativização ou negação do caráter racista do escritor vem acompanhada de uma apologia ao seu lugar de destaque no panteão dos heróis literários da pátria, como na passagem de Humberto Viana Guimarães:

Lobato, que, além de escritor, foi um grande entusiasta na criação da Petrobras, de herói, agora querem transformá-lo e a sua brilhante obra em racistas, com chavões do tipo “estereótipos raciais”... Agora é Lobato que é taxado de racista, e, amanhã quem será? Jorge Amado, Machado de Assis, Castro Alves ou Gilberto Freyre? (GUIMARÃES, 21 nov. 2010)

A figura do especialista tem função fundamental na cobertura jornalística do caso. Suas opiniões, supostamente douradas, são usadas frequentemente para abonar as posições do articulista ou do texto. Quase sem exceção, os especialistas consultados pelos jornalistas e colunistas são literatos ou acadêmicos da área de Literatura, muitos deles apresentados como *experts* na obra de Monteiro Lobato. Há uma abundância de referências nos textos ao fato de o parecer ter recebido críticas de especialistas que são mencionadas até pelo então ministro da educação, Fernando Haddad, em entrevista (Leite, 06 nov. 2010; Weber 04 nov. 2010). Quando a voz é dada nas matérias a esses especialistas, suas opiniões são consonantes com os enquadramentos do politicamente correto. Por exemplo, Marisa Lajolo, citada no *Correio Braziliense* como organizadora da obra de Lobato, “livro a livro”, diz que “a literatura não pode vir com instrução de uso. Essa posição é autoritária” (LEITE, 06 nov. 2010). Vladimir Sacchetta, apresentado em matéria de *O Estado de São Paulo* como o “principal historiador da obra de Monteiro Lobato” e autor de uma de suas biografias, chama o parecer de “estreito e preconceituoso” (EDITORIAL, 05 nov. 2010).

Segundo coluna assinada por Sérgio Augusto para *O Estado de São Paulo*, o escritor João Ubaldo se refere ao parecer como “essa estupidez”, “esse atraso mascarado

de progresso” e condena, com veemência, a adoção de “certificados e bulas” nos livros aceitos na rede pública (Augusto 06 nov. 2010). Outro escritor e jornalista com participação ativa no caso é Ruy Castro, cujas posições já anotamos acima em mais de uma passagem. Márcia Camargos, que, na matéria de *O Estado de São Paulo*, identifica-se como “Especialista em Monteiro Lobato”, acusa o parecer de ser “perigoso precedente rumo ao obscurantismo” (CAMARGOS, 07 nov. 2010). Artigo da *Folha de São Paulo* cita a mesma especialista classificando o parecer como “censura” (Paulo 30 out. 2010). O historiador da MPB, produtor musical e de rádio e televisão, Ricardo Cravo Albin, rotula o parecer de “patrulha ideológica” (MOREIRA, 28 fev. 2011). Outros “especialistas” nomeados pela mídia também ecoam os mesmos enquadramentos, como o secretário geral da Academia Mineira de Letras (AML) e a diretora de Ações de Incentivo à Leitura da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, de Belo Horizonte. Uma fonte importante de especialistas no corpus das matérias é a Academia Brasileira de Letras, que é citada 14 vezes. A ABL publicou, no dia 5 de novembro de 2011, em seu site, uma carta em que acusa o CNE de “tentativa de censura” ao livro de Lobato.

Concluimos nossa análise dos argumentos dos pareceres, do conteúdo da cobertura jornalística, na qual identificamos a proeminência do enquadramento do politicamente correto, a negação do racismo, na obra e na figura de Lobato, e a voz da autoridade conferida aos especialistas. Passamos, agora, à parte propositiva deste ensaio, em que mostramos, em desacordo com a opinião dominante na grande mídia, (1) o caráter inegavelmente racista da obra e do autor, (2) a necessidade fática da existência do politicamente correto em qualquer sociedade, principalmente nas sociedades democráticas contemporâneas e sua positividade moral, e, levando em conta os dados mais sólidos acerca do desenvolvimento cognitivo e moral humano, (3) a inadequação da posição dominante na mídia e, em parte, dos pareceres do MEC, no que toca à questão do uso didático do referido livro.

### **O racismo em Monteiro Lobato**

Não há espaço aqui para uma análise detalhada acerca da questão do racismo de Lobato em sua própria época, tema que mereceria um ensaio bem mais longo para ser desenvolvido.<sup>7</sup> Como nosso objetivo é de discutir sobre a questão relativa ao uso de sua literatura na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental no presente, é muito mais importante saber o que suas ideias e linguagem significam para nós, no mundo em que vivemos.

Veremos, a seguir, que há evidências suficientes para afirmar, de maneira qualificada, que, ao contrário da opinião de alguns especialistas retratada na mídia, Monteiro Lobato era, de fato, racista. De passagem, não podemos deixar de mencionar que ele foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo pessoal de expoentes da eugenia no Brasil, como os médicos Renato Kehl (1889-1974) e Arthur Neiva (1880-1943). Esses dados só ilustram sua imagem de adepto fervoroso dos ideais eugênicos<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Sobre o assunto, ver Lajolo (1998), (AZEVEDO, et al., 1997) e Vasconcellos (1982).

<sup>8</sup> Eugenia, palavra que, em grego, significa “bem nascer”, é uma ideologia que tem como base o projeto do melhoramento racial da espécie ou de grupos humanos por meio de seu controle reprodutivo,

de melhoramento da raça, refletidos plenamente em seus textos, privados e públicos. Vejamos um trecho de uma carta endereçada ao médico baiano Arthur Neiva (1880-1943):

Deversos amigos me dizem: porque não escreve suas impressões? E eu respondo: porque é inútil e seria cair no ridículo. Escrever é aparecer no tablado de um circo muito mambembe, chamado imprensa, e exhibir-se deante de uma assistência de moleque feeble-minded e despidos da menor noção de seriedade. Mulatada, em summa. Paiz de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é paiz perdido para altos destinos. André Siegfried resume numa phrase as duas attitudes. ‘Nós defendemos o front da raça branca – diz o Sul – e é graças a nós que os Estados Unidos não se tornaram um segundo Brazil.’ Um dia se fará justiça ao Klux Klan; tivéssemos ahi uma defeza dessa ordem, que mantem o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do gallego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destróe a capacidade constructiva.<sup>9</sup>

É improvável que um intelectual com vasta cultura, que havia morado nos Estados Unidos durante quase quatro anos, ligado ao consulado brasileiro de Nova York, ignorasse que esse grupo racista norte-americano, apologista da pureza racial branca, praticasse linchamentos, assassinatos, incêndios criminosos e toda sorte de atrocidades contra negros daquele país. Devemos notar também que, a despeito do desprezo pela miscigenação, a pureza defendida por Lobato é a da raça branca, e não, a da negra, que ele considerava como fonte dos males da miscigenação: é a “mestiçagem do negro[que] destróe a capacidade constructiva”.

Como dissemos, não nos ocupa agora o exame detalhado do discurso racial de Lobato em seu contexto histórico. Nosso interesse aqui é pela literatura infantil de Lobato e pelo presente, ou seja, pela maneira como esse corpus textual pode ser compreendido no presente, particularmente no tocante à questão da raça. Ainda que de maneira não tanto eugenista militante, a literatura infantil de Lobato é eivada de referências pejorativas à Tia Nastácia e a outros personagens negros. *Caçadas de Pedrinho* contém os trechos supracitados, onde ela é chamada de “macaca de carvão”, e o fato de ter “carne preta” é tomado claramente como sendo uma característica de inferioridade. Mas isso não é tudo. Em *Caçadas*, Lobato refere-se à Nastácia frequentemente de maneira pejorativa e desmoralizante, como, por exemplo: “resmungou a preta, pendurando o beicho”; “dizia a preta”; “tornou a preta”; “a pobre preta”; ou quando a descreve assustada, “de olhos arregalados do tamanho de xícaras de chá”.

---

manipulando características fenotípicas, genéticas e psicológicas para tal fim. Historicamente influenciada pelo evolucionismo surgido na segunda metade do Século XIX, particularmente, o darwinismo social, tal ideologia atingiu grande popularidade na Europa e nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do Século XX, e foi também recebida no Brasil. Com o advento da Segunda Guerra Mundial e a derrota do projeto eugenista nazista, perdeu grande parte de seu apelo. Para saber mais sobre a história geral dessa doutrina, ver Carlson (2001). Para sua recepção no Brasil, ver Stepan (1991).

<sup>9</sup> Carta de Monteiro Lobato enviada a Arthur Neiva em 10 de abril de 1928.

Esse não é o único livro da série do Pica-pau Amarelo que contém tais imprecações contra Nastácia. O livro que dá início à coleção<sup>10</sup>, *Reinações de Narizinho*, de 1931, abre a primeira página apresentando todos os personagens. À Nastácia cabe o epíteto de “negra de estimação”. Nesse livro, Lobato refere-se à personagem 56 vezes usando o termo “a negra”, ao invés de seu nome. Pelo menos 13 vezes tal chamamento é acompanhado de alusões pejorativas aos seus “beiços” ou, às vezes, “beijaria”, ao tamanho avantajado de sua boca, “a maior boca do mundo”, “de caber dentro uma laranja” ou, ainda, a sua ignorância: “tudo que ela não entendia era [para ela] inglês”.

No livro *Histórias de tia Nastácia*, do qual é a personagem principal, Nastácia, mais uma vez fartamente tratada pelo epíteto “a negra”, é ofendida repetidamente por Emília, que considera suas histórias, extraídas da tradição oral, irracionais e mal articuladas. Diz a boneca: “- Essas histórias folclóricas são bastante bobas (...) Por isso é que não sou "democrática"! Acho o povo muito idiota”. Em outro trecho, declara:

“Tudo bobagens de negra velha... Nessa história, vejo uma feira de negras velhas, cada qual mais boba que a outra — que vão passando a história para diante, cada vez mais atrapalhada.”

Até Pedrinho, que inicia o livro dizendo que “as negras velhas são sempre muito sabidas”, logo adota uma postura mais cética: - “Bem se vê que é história contada por negras velhas, cozinheiras” – fazendo alusão à inverossimilhança da narrativa. Logo depois, Narizinho junta-se à conversa e se mostra em sintonia com a boneca na censura às histórias de Nastácia. O trecho vale a pena ser reproduzido:

— Na versão de Andersen — disse Narizinho — não há negro nenhum, nem nada de três cães. O povo aqui no Brasil misturou a velha história de Joãozinho e Maria com outra qualquer, formando uma coisa diferente. A versão de Andersen é muito mais delicada e chama-se Hansel e Gretel.

— O tal negro entrou aí — disse Pedrinho — porque, no Brasil, as histórias são contadas pelas negras, que gostam de enxertar personagens pretos como elas. Lá na Dinamarca, Andersen nunca se lembraria de enxertar um preto porque não há pretos. Tudo gente loura.

A associação do povo brasileiro com o negro e dele com a distorção, a irracionalidade e a falta de delicadeza, como sugerido por Narizinho, contrasta-se com a bela forma da história de Andersen, onde só há “gente loura”. A fala de Pedrinho chega a ser cruel. Ou não?

Lembramos que a questão que se coloca aqui é se esse tratamento dado à Nastácia e aos negros em geral, na literatura infantil de Lobato, pode ser considerado racista e, portanto, moralmente recriminável nos dias de hoje. Para responder a essa pergunta de

---

<sup>10</sup> Na verdade, livros como *A menina do narizinho arrebitado* (1920), *Fábulas de Narizinho* (1921) e vários outros foram publicados antes, mas, depois, coligidos no volume *Reinações de Narizinho* (1932), que é apresentado de maneira a parecer o primeiro livro da série.

maneira satisfatória, é necessário debruçar-nos sobre a questão central do presente trabalho, que é a do politicamente correto.

### **O que é o politicamente correto?**

Em passagem acima, declaramos que a linguagem que Lobato usa para se referir à Nastácia é “pejorativa e desmoralizante”. Em um primeiro momento, podemos afirmar que tal linguagem é desmoralizante mesmo sem necessidade de fazer uma interpretação histórica da dinâmica da mudança linguística em nossa sociedade e suas consequências políticas e institucionais – essa interpretação é necessária para se discutir adequadamente sobre a questão do politicamente correto. Parece-nos que essa distinção inicial é importante e tem um papel heurístico na consecução de nosso objetivo. Basta uma leitura rápida pelas passagens para notar que Nastácia é retratada como racionalmente inferior, seja pela postura apatetada ou por sua ignorância profunda. Falta-lhe, inclusive, a virtude da coragem e da *phronesis* (capacidade de tomar decisões no calor da ação) – como quando acossada pelas onças (LOBATO, 1933). A mesma leitura mostra claramente que sua inferioridade racional está associada à cor de sua pele e a características fenotípicas associadas à negritude, de maneira extremamente estereotipada. Parece-nos razoável atribuir a palavra “racismo”, ainda que provisoriamente, à associação entre características fenotípicas e morais, já nesse plano.

Se a linguagem se altera com o tempo e se a condição humana está inextricavelmente imersa nela, então, as próprias noções morais que baseiam nossas instituições políticas e que são, necessariamente, expressas pela linguagem, também mudam ao longo da história. Essa hipótese, a princípio teórica, foi verificada empiricamente por um sem-número de estudos, entre eles, os de Norbert Elias (1982), Reinhard Koselleck (1973, 1975) e de grande parte da história conceitual.<sup>11</sup> Em outras palavras, as noções do que constitui bem e mal, virtude e vício e suas aplicações às coisas do mundo mudam com o passar do tempo, assim como mudam as instituições que sedimentam e estabilizam tais noções.

Ora, se essa interpretação linguística e histórica está correta, somos obrigados a concluir que, em um dado momento da vida de uma sociedade, há um conjunto de usos e significados linguísticos que são aceitos pelos parceiros de interação social - os cidadãos - e outro conjunto de usos e significados proscritos, por serem considerados ofensivos, pejorativos, estereotipantes etc., seja para grupos específicos ou para o cidadão em geral. Assim, por exemplo, o termo “donzela” que, antes, era fartamente usado para nomear mulheres jovens, caiu em desuso por carregar a associação entre retidão moral e virgindade, algo inaceitável segundo os padrões contemporâneos dominantes de maior igualdade entre os sexos e a liberalidade. O mesmo se deu com termos pejorativos endereçados aos negros, que eram empregados com frequência em um passado não muito remoto, mas, aos poucos, foram sendo proscritos das interações cotidianas e dos usos públicos da linguagem. Referências a características fenotípicas exageradas, com o intuito de marcar animalidade e falta de racionalidade, como faz

---

<sup>11</sup> Ver, por exemplo, os ensaios coligidos nos múltiplos volumes do *Geschichtliche Grundbegriffe* (BRUNNER, et al. 1972), entre outras obras de referência de conteúdo similar.

Lobato; redução da pessoa à cor da pele, como na substituição de seu nome pela referência “a negra” ou “a preta”, são usos linguísticos não mais aceitos pelo sistema de valores democráticos de nossa sociedade, porque denotam claramente a associação entre fenótipo e inferioridade moral, ou seja, por ser uma prática racista, não somente em termos kantianos abstratos, mas segundo os padrões atuais.

Mas, será que há, de fato, um padrão atual dominante, que determina o que é aceito e o que não é? Argumentamos, contrafactualmente, que sim, caso contrário, tais termos e expressões não teriam seu uso proscrito ou seu significado teria se tornado extremamente pejorativo. Há muito conflito acerca do significado de termos e conceitos em qualquer sociedade, mas esse conflito acontece sobre uma base mais ou menos consensual do significado possível de outras palavras e de sua aceitabilidade moral. Isso significa que nem todo vocábulo é igualmente conflituoso, pelo contrário, o conflito se concentra em alguns conceitos-chave, e outros mais decantados são tomados como plenamente inteligíveis e moralmente aceitos. Tal base existe no plano cultural, mas a prova mais eloquente de sua existência é sua cristalização também no plano institucional.

Isso é particularmente verdadeiro para a questão do racismo no Brasil. A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 5º, inciso XLII, que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível. A Lei nº 7.716, de 1989, tipifica como racismo uma série de ações de privação de direitos que tenham como objeto pessoas vítimas de “preconceitos de raça ou de cor”. Não bastasse tal lei, ainda foi aprovada uma lei especial, a nº 9.459, de 1997, focada exclusivamente no insulto verbal racista. O Código Penal já tinha lei tipificando a injúria, mas a Lei nº 9.459 faz da injúria racial um tipo qualificado do delito, impondo penas de reclusão de um a três anos e multa, se a injúria for cometida mediante “utilização de elementos referentes a raça, cor, religião ou origem”.

Essa reflexão da base linguístico-moral de uma sociedade, em determinado momento histórico, em suas instituições, foi notada por Honneth, ao argumentar que a diferenciação dos direitos é produto do rebatimento no estado das lutas pelo reconhecimento (Honneth, 1992). Tal base linguístico-moral, que também chamamos de padrões linguísticos contemporâneos dominantes, define o “politicamente correto”. Fica claro que nenhuma sociedade real existe sem uma medida do que seja o politicamente correto, isto é, da linguagem que é ou não aceita, de padrões do que é ou não ofensivo. Durante a escravidão, quando os negros sequer gozavam de direitos básicos da cidadania, o uso de linguagem derogatória não constituía problema moral e, muito menos, legal. Mesmo no começo do Século XX – quando Lobato escreveu, os negros se encontravam em um estado tal de marginalidade social que tinham poucas condições de ir a público, de maneira organizada, criticar tais práticas. O primeiro movimento social negro de caráter nacional, a Frente Negra, surgiu somente em 1931, e seu objetivo principal já era o de lutar contra o racismo e a discriminação (MOURA 1989). É natural que, nos dias de hoje, depois de quase três décadas de normalidade democrática e de um avanço contínuo dos direitos da cidadania em nosso país, o uso de linguagem racista ainda seja uma questão de relevância pública, pois ele contradiz exatamente a evolução moral e institucional de nossa sociedade.

Assim, os argumentos que vimos no início deste artigo contra o politicamente correto, em si, são equivocados, do ponto de vista factual. Não há registro de sociedade histórica onde tais padrões não tenham sido impostos pela força da cultura e das instituições. Os argumentos correlatos de que ele violaria o direito de livre expressão e de que seria derivado de uma posição autoritária são também espúrios. O Supremo Tribunal Federal condenou, em 17 de setembro de 2003, o editor gaúcho Siegfried Ellwanger por crime de racismo, por ter publicado material antissemita. Ora, proscrever expressões e ideologia antissemita é um exercício do politicamente correto. E a imposição do Estado, na figura do STF, não é um ato de autoritarismo, mas de exercício das instituições democráticas, que torna o que é moralmente condenável em interdito real. Os EUA, por exemplo, baniram do uso comum uma vasta série de termos pejorativos usados em um passado não muito remoto para designar italianos, judeus, negros, poloneses, hispano-americanos, homossexuais etc. Isso foi feito sem recurso ao autoritarismo ou atentado à liberdade de expressão. Fica claro aqui que a liberdade de expressão não pode ser tomada como um valor absoluto, que permita, inclusive, que crimes como o racismo e a injúria racial sejam praticados em seu nome. Nesse ponto, a opinião não é somente nossa, mas também da Suprema Corte do Brasil.

Assim, concluímos que, para os padrões contemporâneos, a linguagem que Lobato usa em seus livros infantis para se referir à Nastácia é racista e que há, de fato, um politicamente correto, que se espelha na cultura e nas instituições, em processo histórico de constante atualização. Mas não chegamos ainda no plano da política pública, ou seja, naquele em que poderemos concluir se seus livros devem ou não ser adquiridos pelo Estado para serem distribuídos no sistema público de ensino fundamental. Essa é a questão principal que detonou todo o debate, ainda que ela tenha sido distorcida pela mídia, pois o fato de o parecer ter como objeto somente o programa de aquisição de livros do MEC foi esquecido, e a ação da comissão do MEC foi tomada como censura estatal e atentado à livre expressão de ideais. Outra distorção fundamental cometida pelos meios de comunicação e que diz respeito a um dos pontos do presente ensaio foi ter nomeado como especialistas para opinar sobre o assunto exclusivamente acadêmicos da área de literatura e escritores, particularmente especialistas na obra de Lobato, como se, para resolver a questão, bastasse determinar se Lobato era ou não racista. A maioria dos especialistas afirmou que, no passado, os padrões do aceitável eram diferentes daqueles que temos no presente - argumento que, de fato, corrobora a existência concreta do politicamente correto. Assim, deixaram de lado a questão principal, que seria avaliar se aqueles padrões passados seriam aceitáveis no presente.

### **Conclusão**

O presente artigo pretende contribuir para o estudo do espaço público, uma disciplina ainda informe nos currículos acadêmicos, mas que, aos poucos, está sendo consolidada através da interface entre teoria democrática, análise do discurso, estudos de mídia e estudo das políticas públicas.<sup>12</sup> Trata-se de estudo de caso de uma

---

<sup>12</sup> Entre outros, o livro *Shaping Abortion Discourse* (FEREE, et al., 2004) é um bom exemplo dessa preocupação interdisciplinar.

controvérsia deflagrada pela grande mídia a partir de uma decisão governamental. Em tal controvérsia, a mídia produziu um “espaço público” caracterizado por um forte desequilíbrio entre posições favoráveis e contrárias à decisão do governo, com larga vantagem para as contrárias. A análise do corpus composto por todas as matérias sobre o assunto publicadas nos jornais e nas revistas de maior circulação no país mostra a proeminência do enquadramento do assunto como decorrência da imposição do politicamente correto por parte de um governo liderado por radicais de esquerda autoritários. Ademais, a cobertura fez amplo uso da opinião de especialistas do campo da Literatura para referendar tal posição crítica. Em muitas instâncias, chegou até a relativizar ou negar o caráter racista da obra e da figura de Lobato.

Até esse ponto nossa contribuição foi mormente analítica. Contudo, trata-se de ir além e propor sínteses de caráter normativo, ainda que baseadas em firmes evidências empíricas. Assim, na segunda parte do trabalho, argumentamos que a questão do racismo, na obra de Lobato, tem que ser tomada da perspectiva do presente, isto é, devemos responder à seguinte questão: nos dias de hoje, devem as referências à Tia Nastácia contidas em *Caçadas de Pedrinho* e alhures ser consideradas racistas? A resposta é definitivamente afirmativa. Tal resposta é incontroversa, ainda que usemos um critério kantiano de respeito, baseado na premissa abstrata e universal da racionalidade do sujeito. Ora, na obra do autor, O comportamento de Nastácia é apatetado, medroso, tradicional e supersticioso, em uma palavra, irracional, associado a características fenotípicas que marcam a negritude, com requintes de exageros estereotípicos.

Mas o modelo kantiano, por ser idealista e abstrato, não descreve bem a realidade histórica da evolução moral e institucional das sociedades, que se dá em grande medida na e por meio da linguagem. Foi e é assim em nossa sociedade e, em outros lugares do mundo, devido à condição eminentemente linguística da existência humana, as lutas e os movimentos sociais sempre se dão em torno e por meio da linguagem e não causam somente sua transformação, mas também a da cultura e das instituições de uma sociedade. Assim, a existência do politicamente correto é um dado da vida comunal de qualquer sociedade, principalmente nas sociedades democráticas contemporâneas. Sua positividade moral se afirma tanto no âmbito da cultura, naquilo que Habermas chamou de mundo da vida, quanto nas instituições sociais, nas públicas e mesmo nas privadas. É claro que a expressão “politicamente correto” é empregada, muitas vezes, com caráter derogatório, ou seja, ela se tornou um termo de guerra da batalha ideológica. Mas isso não diminui sua propriedade como conceito analítico sociológico e político: ela descreve um fato social concreto.

O exame contrafactual da questão revela o quão distorcido é esse ataque barato ao politicamente correto. Se não houvesse padrão para o que é aceitável do ponto de vista moral e também fático, seria praticamente impossível compor um currículo escolar, escolher livros para tal currículo, planejar aulas etc. É somente pela adoção de critérios do que é aceitável, tanto do ponto de vista moral quanto fático, que atividades como essas podem ser empreendidas pelo Estado e por instituições privadas. Se não temos critérios, por que banir do currículo escolar temas como a pedofilia, o tratamento humilhante das mulheres, a tortura sádica de animais, sacrifícios humanos etc.? Assim,



fica claro que temos e devemos ter critérios e nos parece bem razoável hoje incluir o racismo entre as coisas abjetas que não devem ser ensinadas aos nossos filhos.

A ideia de que essa é uma controvérsia ou polêmica entre a proibição da prática do racismo, que é um crime, e o exercício da liberdade de expressão é também mal formulada. Segundo tal interpretação possível, estaríamos em face de um dilema de pesar dois valores: de um lado, o combate ao racismo e, de outro, a liberdade de expressão, com vantagens para o segundo, pois a sociedade estaria melhor se todos pudessem expressar abertamente suas opiniões e críticas. A falácia aqui consiste em se compreender mal o valor da liberdade de expressão. Esse valor liberal tem como premissa a autonomia moral dos cidadãos para escolher o que bem entendem, ou melhor, o que consideram um bem maior para si mesmos e para a coletividade. Mas não há autonomia moral quando a pessoa não tem a capacidade cognitiva de entender os significados das alternativas colocadas para a escolha. É o caso, nesse *affair*, de Lobato, pois, como mostramos, as crianças simplesmente não estão equipadas para estabelecer uma distância crítica entre práticas abertamente racistas do passado e sua rejeição no presente. Assim, falar de liberdade de expressão aqui já é, em si, uma distorção, uma falsa representação das questões envolvidas.

Restou, contudo, o argumento presente no próprio parecer do MEC de que a linguagem racista do texto de Lobato deveria ser usada como oportunidade para professores trabalharem com seus alunos a questão da discriminação racial e do racismo em nossa sociedade, colocando o linguajar do escritor em perspectiva histórica. Para tal, o parecer sugere um programa de formação para os professores e recomenda que as editoras passem a incluir uma nota explicativa contendo avaliações críticas acerca da presença de estereótipos raciais na literatura. Infelizmente, como pretendemos ter mostrado, essa recomendação ignora o fato de que as crianças em idade de consumo da literatura infantil de Lobato, isto é, os primeiros cinco anos do ensino fundamental, ainda não desenvolveram a noção de tempo histórico necessária para tal compreensão, o que torna a empreitada toda, a despeito de suas boas intenções, improvável, senão impossível. Por mais bem treinados que sejam, os professores, sozinhos, não podem resolver o problema.

Como explicar para crianças de seis, sete, oito ou nove anos que Monteiro Lobato, esse escritor infantil magnífico, com histórias que nos levam a viajar na imaginação por tempos e espaços tão distantes da nossa realidade, era, ao mesmo tempo, extremamente racista? Que tinha desprezo pelos negros e lhes atribuía inferioridade moral, o que fica claro na forma como se refere a Tia Nastácia? Como relativizar o racismo para crianças cuja compreensão difere da nossa e cuja experiência e repertório são bem diferentes dos nossos? Isso nos leva à pergunta final: o que fazer com a obra de Lobato? Devemos relegá-la ao esquecimento?

A solução é simples e já largamente praticada com a obra de outros autores clássicos. Se a escritora infantil, Ruth Rocha, simplifica a *Odisseia* para que crianças possam se deleitar com suas histórias fantásticas, sem ter que se deter na cena do Livro XXII, por exemplo - quando a seta de Odisseus entra pela garganta de Antinos, pretendente de Penélope, atravessa-lhe o pescoço, fá-lo verter sangue abundantemente pelas narinas, e ele cai morto sobre a mesa de repasto - por que não permitir também

que “simplifiquem” Monteiro Lobato, excluindo trechos que estão além de uma compreensão contextualizada para determinado público-alvo? Há um sem-número de livros e coleções infantis e infanto-juvenis em que textos de autores clássicos como Alexandre Dumas, Herman Melville, Charles Dickens, Mark Twain e o próprio Homero são adaptados para a idade desse público. Então, por que Monteiro Lobato seria intocável? Que preciosidade há em seus escritos que não podem ser alterados, sequer uma vírgula, para contribuir com o processo pedagógico e, ao mesmo tempo, evitar que esse mesmo processo sirva de meio para disseminar preconceitos que hoje repudiamos veementemente, como este que Lobato coloca na voz da boneca Emília?

— Mentira de Narizinho! Essa negra não é fada nenhuma, nem nunca foi branca. Nasceu preta e ainda mais preta há de morrer. (LOBATO, 1946)

Com esse esforço, pretendemos mostrar que só podemos compreender essa questão pública e muitas outras se adotarmos uma abordagem multidisciplinar, que leva em consideração os vários aspectos de uma política ou decisão pública e de sua implantação e, a partir deles, produz uma síntese articulada. Tal tarefa é digna do intelectual público idealizado por Habermas, sobre o qual falamos na introdução, mas, para que vozes desse tipo se públicas de fato, é preciso que tenham meios de expressão, isto é, mídias. Como vimos, no caso em questão, a grande mídia operou de maneira politizada e enviesada e se preocupou em usar o episódio para atacar o governo, tachando-o de arauto autoritário do politicamente correto e autorizando especialistas que nada tinham a ver com a educação básica, assunto que, verdadeiramente, deveria estar em pauta. Assim, o espaço público foi corrompido, e a falha que havia no parecer do MEC, de também não levar em conta em detalhe aspectos da educação ligados ao desenvolvimento infantil, ficou sem ser notada. Com esse tipo de “liberdade de expressão”, perdemos todos, ou quase todos.

### **Referências Bibliográficas**

AUGUSTO, Sérgio. "Prosa de Sábado," *O Estado de S. Paulo*, 06 nov. 2010.

AZEVEDO, Carmen Lúcia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo, SP, Editora Senac, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 1987.

BARRUCHO, Luís Guilherme "Onde está o verbete “bom senso”?". *Veja* - 03 mar. 2012.

BRUNNER, Otto; CONZE, Werner; KOSELLECK, Reinhart, *Geschichtliche Grundbegriffe; historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart., E. Klett, 1972.

CAMARGOS, Márcia. "Reinações da censura". *Jornal O Estado de S. Paulo*, 07 nov. 2010.

CARLSON, Elof Axel. *The unfit: a history of a bad idea*. Cold Spring Harbor, New York, Cold Spring Harbor Press, 2001.

CASTRO, Ruy, "Grande Huck," *Jornal Folha de São Paulo*, 08 janeiro de 2011.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo, Selo Negro Edições, 2001.

"De olhos bem fechados," *Jornal do Comercio*, 11 nov. 2010.

DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1976.

EDITORIAL, "Reedição do 'Febeapá'," In: *Jornal Estado de S. Paulo* 05 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. "Vírus da intolerância ameaça IBC e Ines," *Jornal O Globo* 05 abr. 2011.

EISENBERG, Zena. "O desenvolvimento de noções temporais através da linguagem". *Psicologia: reflexão e crítica*, vol. 24, 2011. pp. 80-88.

\_\_\_\_\_; COIMBRA, C.A.; CAZELLI, S.; ALVES, F.; FALCÃO, D.; VALENTE, M. E. "A compreensão de conceitos temporais no Ensino Fundamental" (no prelo).

ELIAS, Norbert. *The Civilizing process*. New York, Pantheon Books, 1983.

FEREE, Myra Marx; GAMSON, William Anthon; GERHARDS, Jurgen; RUCHT, Dieter. *Shaping Abortion Discourse: democracy and the Public Sphere in Germany and the United States*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

FERES JÚNIOR, João. "Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico", *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, vol. 15, no. 2, 2010, pp. 28-41.

FIUZA, Guilherme. "Bolsonaro e o fuzilamento da direita". *Revista Época* 02 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. "A ditadura cor-de-rosa " *Jornal O Globo* 14 mai. 2011.

\_\_\_\_\_. "O negro, a mulher e o circo ". *O Globo*, 19 mar. 2011.

FOUCAULT, Michel. *The archaeology of knowledge*. New York, Pantheon Books, 1972.

\_\_\_\_\_. "What is enlightenment?," In: *The Foucault reader*. New York, Pantheon Books, 1984, pp. 31-50.

GADAMER, Hans Georg. *Truth and method*. New York, Seabury Press, 1975.

GOMES, Nilma Lino. *Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista, 2010* (DF: Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação).

\_\_\_\_\_. *Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que o material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista, 2011* (DF: Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação).

GUIMARÃES, Humberto Viana, "... e o Index librorum prohibitorum " *Jornal do Brasil* 21 nov. 2010.

GUROVITZ, Hélio. "A ditadura, Monteiro Lobato e a liberdade". *Revista Época*, 06 nov. 2010.

HABERMAS, Jurgen. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge, MIT Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Moral consciousness and communicative action*. Cambridge, The MIT Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge, MIT Press, 1989.

\_\_\_\_\_. *The theory of communicative action*. Boston, Beacon Press, 1989.

HIRSCHMAN, Albert O. *The rhetoric of reaction: perversity, futility, jeopardy*. Cambridge, Mass., Belknap Press of Harvard University Press, 1991.

\_\_\_\_\_. *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts*. Cambridge, UK; Oxford ; Cambridge, MA, Polity Press – Blackwell, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures past: on the semantics of historical time*. Cambridge and London, The MIT Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Kritik und Krise: eine Studie z. Pathogenese d. burgerl. Welt*. [Frankfurt (Main)], Suhrkamp, 1983.

\_\_\_\_\_. *Preussen zwischen Reform und Revolution: allg. Landrecht, Verwaltung u. soziale Bewegung von 1791 bis 1848*. Stuttgart, Klett, 1975.

\_\_\_\_\_. "A response to comments on the Geschichtliche Grundbegriffe," in: LEHMANN, Hartmut, RICHTER, Melvin (Orgs.). *The meaning of historical terms and concepts: new studies on BEGRIFFGESCHICHTE* Washington D.C., German Historical Institute, 1996, pp. 59-70.

KUNTZ, Rolf, "De Gaulle e a escolinha," Estado de S. Paulo 15 jun. 2011.

LAJOLO, Marisa. "A figura do negro em Monteiro Lobato". *Presença Pedagógica*, vol. 4, no. 23, 1998, pp. 23-31.

LEITE, Larissa, "Caçadas ao racismo e à censura de Lobato," *Correio Braziliense* 06 nov. 2010.

LOBATO, José Bento Monteiro. *As caçadas de Pedrinho*. S. Paulo, Cia. Editora nacional, 1993.

\_\_\_\_\_. *Caçadas de Pedrinho*. São Paulo, Editora Globo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Obras completas*. S. Paulo, Editora Brasiliense, 1946.

LOBATO, Monteiro. *O Presidente Negro*. Rio de Janeiro, Globo, 2008.

LOVEMAN, Mara. "The Race to Progress: Census Taking and Nation Making in Brazil (1870–1920)". *Hispanic American Historical Review*, vol. 89, no. 3, 2009.

LUFT, Lya. "Crucificar Monteiro Lobato?". *Veja* 06 nov. 2010.

LYOTARD, Jean François. *The postmodern condition: a report on knowledge*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1984.

MARQUES ARAÚJO, Helena. *Maria Tempo Rei - a noção de tempo em adolescentes de 10 a 14 anos: implicações para o ensino de História*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação - PUC-Rio, 1998.

MARSHALL, T. H. *Class, citizenship, and social development; essays*. Garden City, N.Y. Doubleday, 1964.

MARTINS, Milena Ribeiro, "Não fariam isso se fosse Shakespeare, diz professora," *Folha de S. Paulo*, 29 out. 2010 29 out. 2010.

MASSON, Celso; MAIA JÚNIOR, Humberto; TURRER, Rodrigo. "Esse homem merece ser censurado?". *Época* 06 nov. 2010.

MOREIRA, Martha Neiva, "Protesto contra enredo fere espírito da folia," *O Globo*, 28 fev. 2011.

MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo, Editora Atica, 1989.

NADAI, Elza; BITTENCOURT, Circe M. F. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime (org.) *O Ensino de História e a criação do fato*. 5a ed. Editora Contexto, 1992.

NELSON, Katherine; GRUENDEL, Janice. *Event knowledge: Structure and function in development*. Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates, 1986.

NISKIER, Arnaldo, "Pedagonet: a ciência do futuro " *Correio Braziliense* 11 fev. 2012.

PAULO, João, "Politicamente equivocado," *Estado de Minas* 30 out. 2010.

PHILLIPS, Melanie. (2003), *The ascent of woman: a history of the suffragette movement*. London, Little, Brown.

PIAGET, Jean. *A noção de tempo na criança*. Rio de Janeiro, Record, 1002 [1946].

PONDÉ, Luiz Felipe, ""Leave the kids alone", " *Folha de S. Paulo* 30 mai 2011.

RABINOW, Paul; SULLIVAN, William M. (Eds). *Interpretive social science: a reader* Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1979.

RAMALHO, Anna, "As renações do Brasil," *Jornal do Brasil* 10 nov. 2010.

REBELO, Aldo, "Aldo Rebelo: Monteiro Lobato no tribunal literário," *Folha de S. Paulo* 07 nov. 2010.

RICOEUR, Paul. *Hermeneutics and the human sciences*. Paris, Cambridge University Press and Editions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1981.

RORTY, Richard. *The linguistic turn; recent essays in philosophical method*. Chicago,, University of Chicago Press, 1967.

\_\_\_\_\_. "Postmodernist bourgeois liberalism," in Docherty, Thomas, org., *Postmodernism: a reader* New York, Columbia University Press, 1993, pp. 323-328.

RORTY, Richard; SCHNEEWIND, J. B.; SKINNER, Quentin. *Philosophy in history: essays on the historiography of philosophy*. Cambridge Cambridgeshire; New York, Cambridge University Press, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo, Global Editora, 1985.

SAFRAN, M. e Şimşek, A. "Development of historical time concept in Elementary School's students". *Elementary Education Online*, vol. 5, no. 2, pp. 87-109, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1976.

SKINNER, Quentin. "Meaning and understanding in the history of ideas". *History and Theory*, vol. 8, no. 1, 1969, pp. 3-53.

STEPAN, Nancy. "The hour of eugenics": race, gender, and nation in Latin America. Ithaca, Cornell University Press, 1991.

TAYLOR, Charles. (1997), *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo, Edições Loyola.

\_\_\_\_\_. "The politics of recognition," in Taylor, Charles e Gutmann, Amy, orgs., *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition* Princeton, N.J., Princeton University Press, 1992, pp. xi, 112.

TULLY, James, (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Cambridge: Polity, 1988.

VASCONCELLOS, Zinda Maria Carvalho de. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo, Traço Editora, 1982.

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 2009 [1934].

WEBER, Demétrio "Haddad não vê racismo em 'Caçadas de Pedrinho'," *O Globo* 04 nov. 2010.

WERNECK, Gustavo; OLIVEIRA, Júnia; AYER, Flávia, "Professora dá bomba em Monteiro Lobato," *Estado de Minas* 30 out. 2010.

WHORF, Benjamin Lee. *Language, thought, and reality; selected writings*. Cambridge, Technology Press of Massachusetts Institute of Technology, 1956 [1939].